

EXPERIÊNCIA DOCENTE SOBRE TRANSGENERIDADE E SAÚDE NO CURSO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Isabela Ferreira de Castro¹
Maria Carmen Aires Gomes²
Jaqueline Gomes de Jesus³

RESUMO

Pessoas trans enfrentam barreiras ao acessar serviços de saúde, entre elas o despreparo de profissionais tanto para atender suas demandas de saúde básicas quanto específicas. As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina descrevem: o(a) graduando(a) deve ser formado(a) para abordar a diversidade biológica, étnico racial, de gênero e orientação sexual. Comprometido com as diretrizes, o curso de Medicina da UFV, por meio da disciplina Saúde da Criança e do Adolescente, vem debatendo a transgeneridade. O presente relato de experiência tem como objetivo relatar como a temática trans vem sendo abordada na disciplina supramencionada desde 2017. Para atingir este objetivo, discutimos a construção da metodologia das aulas e exploramos os referenciais teóricos, como o Guia de Disforia de Gênero da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), o conceito de gênero, como abordado por Butler (2015), aspectos médicos ligados ao DSM 5 e ao CID 10, e despatologização, através dos estudos de Bento (2012), considerando a situação do ensino de gênero e sexualidade nas escolas. Como método, utilizou-se o registro e a análise dos depoimentos dos alunos. Os principais resultados apontam para reações dos alunos de que se sentiram preparados, após a disciplina, para atender pessoas trans. Destaca-se que, com a oportunidade de debater no Departamento de Medicina sobre a questão, a professora passou a ser convidada para falar sobre transgeneridade e saúde em outros espaços na universidade e na

1 Pós-Graduada, doutorado do Curso de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS/FIOCRUZ) da Fundação Oswaldo Cruz - RJ, isabelaf.castro@ufv.br

2 Professora Doutora do PPGL/II/UnB - DF, maria.carmen@unb.br

3 Professora Doutora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (DIHS/ENSP/FIOCRUZ) - RJ, jaqueline.jesus@ifrj.edu.br

cidade, promovendo aperfeiçoamento profissional tanto dos alunos quanto das professoras sobre a temática trans.

Palavras-chave: Saúde, Transgeneridade, educação médica.

INTRODUÇÃO

Pessoas trans enfrentam algumas barreiras ao acessar o serviço de saúde, entre elas o despreparo dos profissionais de saúde tanto para atender suas demandas específicas como modificação corporal e questões básicas como respeito ao nome social. Ainda enfrentam preconceito por profissionais de saúde durante seus atendimentos. (Castro et al., 2021)

A formação profissional em saúde está alicerçada a uma cultura heteronormativa e preconceituosa, o que implica uma violência institucional nos serviços de saúde e pode, conseqüentemente, justificar a redução da atenção à saúde pela população LGBTQIAPN+ (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016; PAULINO *et al.*, 2019; RAIMONDI *et al.*, 2019; JOHNSON MARTINHO *et al.*, 2020; NEGREIROS *et al.*, 2019; MOSCHETA *et al.*, 2016; GOMES *et al.*, 2018).

Nos últimos 10 anos, o currículo das escolas médicas no Brasil passou por algumas alterações, após as políticas nacionais de saúde e de educação perceberem a necessidade de mudanças na formação profissional. Evidências mostraram a relevância de uma formação profissional com ampliação da responsabilidade social. Nesse sentido, a Resolução n. 3, de 20 de junho de 2014, elabora as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e descreve, em seu artigo 5º, que o(a) graduando(a) deve ser formado(a) para abordar a diversidade biológica, étnico-racial, de gênero e orientação sexual (MEC, 2014).

Pesquisas vêm mostrando efeitos positivos na mudança curricular. No estudo *A transformação curricular e a escolha da especialidade médica*, os estudantes que participaram desta pesquisa apontam mudanças positivas após a implantação do novo currículo, que apresenta conteúdos focando em um tipo de medicina mais humanizada, mais centrada no indivíduo e na realidade destes indivíduos (COSTA et al., 2014).

Raimondi et al. (2020), ao analisarem o projeto pedagógico das escolas médicas de universidade federais, evidenciaram o debate em torno dos temas gênero e/ou sexualidade em mais de 50% dos projetos pedagógicos, sendo que a maioria dessas escolas estão na região nordeste, que tem forte movimento social comprometido com essa temática; entretanto, foi observado que ainda há uma lacuna na competência clínica para além do corpo de sujeitos heterossexual. Há ainda predomínio da temática em torno da sexualidade em detrimento do gênero, sendo a sexualidade ligada ao corpo físico e possíveis doenças que podem ser adquiridas pelas práticas sexuais. Esses resultados mostram que apesar de o assunto estar presente em metade das escolas médicas, a sua discussão além da perspectiva biológica é um desafio.

Certamente ainda é um desafio nas escolas médicas o ensino de gênero e diversidades fora do contexto exclusivamente biológico, englobando também aspectos sociológicos e culturais. Gomes e Rego (2014) resgatam os estudos de Paulo Freire como estratégia de ensino para conseguir desenvolver as competências humanísticas preconizadas pelas Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Entre as estratégias propostas, destacam-se:

estratégias fomentadoras do diálogo, participação da comunidade, valorização dos saberes populares, utilizar o modelo de inserção no ambiente de prática da atenção primária à saúde, democratização da relação docente-discente e utilização da pedagogia problematizadora em substituição à pedagogia bancária, fomentando a ação com base na reflexão; utilização de avaliação formativa, tendo o portfólio como guia para a reflexão a partir da prática e construção do conhecimento. (GOMES; REGO, 2014, p. 303).

De forma a atender tais Diretrizes, este texto relata uma experiência-intervenção sobre questões de gênero e diversidades em uma disciplina do Curso de Medicina.

METODOLOGIA

Tudo se inicia quando a Profa. Maria Carmen Gomes foi convidada pela Profa. Isabela Ferreira de Castro, do Curso de Medicina da Universidade de Viçosa/MG, para, em conjunto, ministrarem, em 2017, uma aula na disciplina MED 351- Saúde da mulher, da criança e adolescente II, cujo tema era a proposta de uma abordagem humanizada sobre pacientes trans.

A aula foi planejada a partir da leitura desconstruída discursivamente do texto do Disforia de Gênero, um Guia Prático de Atualização, produzido, em junho de 2017, pelo Departamento Científico de Adolescência, da Sociedade Brasileira de Pediatria, que constrói os conhecimentos, inscritos pelas relações de poder, acerca das pessoas não cisgênero. A profa. Isabela, ao ler o texto do referido Guia, identificou que os conceitos ali descritos sobre as discussões de gêneros pareciam estar equivocados, ou mesmo, tratados de maneira reducionista e simplista, e decidiu, assim, iniciar a aula com a leitura crítica e desconstruída do texto do Guia.

A construção da aula se deu de forma que os/as estudantes compreendessem a temática ora pela perspectiva discursivo-técnica da Medicina ora por um olhar mais sociológico, filosófico acerca das performances identitárias de gênero, compreendendo que gênero “não é uma propriedade psíquica ou física do sujeito, nem uma identidade natural, mas uma relação de poder submetida a um constante

processo coletivo de sujeição – ao mesmo tempo de suporte e de controle – de subjetivação e de submissão” (Preciado, 2018).

Foram selecionadas partes do texto, Guia Disforia de Gênero, que apresentavam conceitos sobre sexo, gênero, sexualidade, transexualidade para que fosse discutido a importância do conhecimento especializado sobre tais questões.

Para contextualizar o tema da aula - pacientes trans - algumas cenas da novela “A força do querer”, da rede Globo, que estava sendo transmitida naquele ano, 2017, e que trazia na trama a personagem Ivana, que se identificava com as performances do masculino. Durante a trama, Ivana apresenta disforia de gênero, rejeita suas performances do feminino, passa pela terapia de hormonização e faz a cirurgia de mastectomia. Após assistirem algumas cenas, algumas questões foram levantadas, como por exemplo: se já tinham assistido à novela? Se já tinham ouvido algo sobre pessoas trans? Se conheciam alguma pessoa trans? Qual relação teria essa situação com a disciplina e com o curso de medicina? Por que estávamos ali apresentando e problematizando tais questões? Após essa conversa, poucos interagiram, alguns saíram da sala, mas muitos/muitas se mostraram interessados/as na aula. Alguns não entendiam os motivos pelos quais deveria estudar esse tema já que iria se especializar em cirurgia plástica, ou ortopedia, por exemplo. E foi apontado pelas professoras que pessoas trans - homens, mulheres -, seriam certamente pacientes de qualquer especialidade médica, porque são pessoas que irão precisar em algum momento da vida cotidiana de tais serviços.

A partir disso, algumas questões norteadoras foram colocadas, antes de projetarmos os slides referentes ao texto do Guia: o que é gênero? o que é sexo? Quem define o que é certo para homens e mulheres? Por que ser mulher é ser feminina, e homem é ser masculino? A profa Maria Carmen, neste momento, problematizou como a sociedade vai moldando e construindo, discursivamente, os padrões de comportamento, os modos de ser e estar no mundo; o que é considerado padrão, natural e norma. E como médicos em formação podem ajudar a mudar essas questões. Os/as estudantes acompanharam atentos/as à discussão, fazendo intervenções. Em seguida, a profa. Isabela apresentou o texto do Guia de Disforia de Gênero, apontando não só a importância de entender como crianças e adolescentes se identificam com seus gêneros, em processo de transição, mas como lidar com tais situações, considerando a faixa etária e o desenvolvimento fisiológico-cognitivo. A professora ressaltou a importância de se ter uma equipe multidisciplinar no acompanhamento de pacientes trans, e informou onde estão os principais ambulatórios do país.

As aulas seguintes, planejadas após essa primeira experiência, forma organizada atendendo à sequência didática: (i) contextualização da situação, por meio de um objeto audiovisual (já foram usados *Garota Dinamarquesa*, *Girl*, novela a *Força do querer*), com perguntas norteadoras sobre o tema da aula em articulação com o objeto audiovisual, em seguida (ii) são apresentadas questões específicas sobre gênero, sexo, sexualidade, cisheteronormatividade, transgeneridade, para enfim (iii) discutir o texto do Guia *Disforia de gênero*. Também foram convidadas pessoas trans para relatarem suas vivências e experiências principalmente quanto ao uso dos serviços médicos; recomendamos, inclusive, que isso aconteça. No ano de 2022 a aula contou com a participação da professora Jaqueline Gomes de Jesus, referência nos estudos relacionados a questões trans.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nosso objetivo, com a metodologia escolhida para esta aula, era propor um exercício ético de levar os/as estudantes a repensarem a epistemologia médica, que se baseia no modelo biomédico pautado na doença, para a ideia de cuidado, concordando com a discussão ensejada por Leite (2015: p.331) ao propor que este deslocamento da doença para o cuidado possibilitaria “um exercício ético do médico de se colocar como instrumento para o outro, e não de transformar o outro em instrumento, um exercício que pode ser transposto, para pensar as relações da medicina com outras possibilidades de existir.” Segundo o pesquisador, essa maneira epistemológica de se produzir os saberes médicos abre um horizonte de “possibilidades potentes de se encenar dentro do próprio aparato médico movimentações para a despatologização das experiências trans.” (LEITE, 2015, p.328)

Dessa forma, embora o Guia se proponha, na medida do possível, a tentar trazer contribuições epistemológicas importantes e atuais sobre o conceito de identidade de gênero, inclusive citando os estudos de Judith Butler, ainda assim esbarra nas terminologias que tratam das pessoas não cisgênero como doentes, ao nomear, por exemplo, a transexualidade ou transgeneridade como “transexualismo”, como se observa no excerto abaixo;

8. A 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID10) categoriza o transexualismo como uma entidade nosológica pertencente aos transtornos de identidade de gênero (codificada como F64, F64.2 quando se trata de crianças ou F64.9 quando se trata de adolescentes). Na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), a Associação Americana de Psiquiatria (APA), reconhecendo as controvérsias relacionadas à sexualidade, criou uma categoria própria denominada disforia de gênero. (GUIA...p.2)

Para um/a leitor/a que ainda não compreende exatamente as problematizações sobre o gênero (ou mesmo identidade de gênero) à luz de uma perspectiva histórica e política, ao ler o item lexical “transexualismo” irá iterar o conhecimento/saber sobre pessoas não cisgênero como doentes, já que o sufixo -ismo evoca tal potencialidade significativa, e dessa forma repetirá a norma regulatória e compulsória do gênero: de que os dissidentes são abjetos e anormais (BUTLER, 2010; 2015). Essa visível confusão lexical, que também é uma confusão conceitualmente política, deve-se ao fato de que antes de ser nomeado, em 1994, como Transtorno de Identidade de Gênero, no DSM-IV, a designação patológica para pessoas não cisgênero era o termo Transexualismo (GOMES;CASTRO, 2020). Então, houve, na escrita do DSM, nos últimos anos, a mudança lexical terminológica de Transexualismo => Transtorno de Identidade de Gênero => Disforia de Gênero (GOMES;CASTRO, 2020). Embora cada mudança léxico-discursiva tenha sido ocasionada por embates discursivo-políticos e epistemológicos, ainda assim hoje há claramente a presunção patológica; por este motivo, devemos reafirmar que a transexualidade e/ou transgeneridade não é uma questão patológica, mas sim identitária (BENTO, 2016). Para Leite (2015, p.322), “é como se as relações entre medicina e as experiências de gênero se resumissem e esgotassem nos procedimentos – endocrinológicos, cirúrgicos e psiquiátricos” – que a medicina encena sobre os corpos.

Como fazer os/as pediatras, médicos pensarem nas pessoas não cisgênero de maneira mais humanizada, ética e moralmente digna se o Guia que os/as ajudaria tratam o gênero ainda de maneira confusa, politicamente perversa e violentamente patológica? Observamos estas questões no excerto abaixo:

No DSM-5, a identidade de gênero é reconhecida como um conceito fluido, que engloba sentimentos sobre o corpo, sobre os papéis sociais relacionados, identificação de gênero e sexualidade, abrindo espaço para identidades alternativas que não se restringem ao estereótipo binário homem-mulher. (GUIA...p.3)

Dessa forma, ao escolher os itens lexicais “conceito fluido”, “papéis sociais relacionados” e “identidades alternativas”, tendo como documento norteador o texto do DSM-5, o Guia itera a ordem compulsória entre sexo, gênero e desejo como verdades naturalizadas e pré-discursivas, como efeitos ficcionais binários, que atendem a uma norma regulatória de que gêneros sociais inteligíveis são aqueles deterministicamente e cromossomicamente designados como macho/pênis e fêmea/vagina, e que, portanto, aqueles que fogem a esta matriz, ou dissidem, são performatizados à luz do binômio saúde/doença, atravessados ainda

por “regimes de verdades” científico/médico, jurídico e religioso-cristão que os colocam/constituem como desviantes, monstros e abjetos, vulnerabilizando-os e colocando-os em situações de violência ética, simbólica e física. É o que Leite (2015, p.329) problematiza em sua pesquisa: “se a medicina parte de um modelo de gênero calcado na cisnorma [...] como critérios diagnósticos para produzir evidências sobre os “transtornos de gênero”, é porque o próprio sistema médico – especialmente a psiquiatria – está enredado nas teias das (cis)normatividades de gênero.” É preciso então que exercícios ético-políticos sejam empreendidos, principalmente, em cursos de Medicina, de forma a repensarem as epistemologias acerca não só do modelo biomédico, mas do próprio conceito complexo de corpo.

A metodologia pedagógica aqui relatada foi bem avaliada pelos alunos durante avaliação final da disciplina. Alguns alunos quando chegarem ao internato relataram a professora Isabela que vivenciaram parto de um homem trans e que se sentiram preparados para o atendimento. Professora Isabela foi convidada para falar sobre pessoas trans na semana acadêmica de medicina por mais de uma vez, assim como em eventos de outros departamentos da universidade. Estes relatos, convites mostram a importância da abordagem deste tema assim como da metodologia pedagógica escolhida por ir além do modelo biomédico e abordar aspectos sociológico e filosófico

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso ponto de vista, as aulas, a partir desta proposta pedagógica, gera muitas contribuições para os/as médicos/as em formação, pois apresentam não só conhecimentos técnicos, sociais e filosóficos para as questões sobre gênero, sexo e diversidades, mas também recomendações e propostas de enfrentamento às violências, preconceitos e discriminações. Entender que, em primeiro lugar, os aspectos biológicos não são determinantes para a compreensão da identidade de gênero, já é um grande e necessário aprendizado, já que um dos pontos cruciais identificados na pesquisa de mestrado desenvolvida por Castro et al (2020) foi a falta de conhecimento, a negligência e/ou, mesmo, a recusa de se aceitar o uso do nome social. Experiências assim são extremamente significativas para os currículos de cursos da área da saúde já que contribuem para um tipo de educação mais transversal, humanizada e ética.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gleice Alencar et al. Access to health services by lesbian, gay, BENTO, B. Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica. *Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 496-536. bisexual, and transgender persons: systematic literature review. *BMC International Health and Human Rights*, v. 16, n. 2, p. 1-10, 2016. DOI 10.1186/s12914-015-0072-9.

BUTLER, J. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, J. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Tradução Rogério Bettoni. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

COSTA, José Roberto Bittencourt et al. A transformação curricular e a escolha da especialidade médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 38, n. 1, p. 47- 58, 2014.

DE CASTRO, Isabela Ferreira et al. Os entraves à população transgênero no acesso à saúde. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 1, p. e5289-e5289, 2021.

GOMES, A. P.; REGO, S. Paulo Freire: Contribuindo para Pensar Mudanças de Estratégias no Ensino de Medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 38, n. 3, p. 299-313; 2014.

GOMES, M.C.A; CASTRO, I. F. . Análise Discursivo-Crítica do Gênero Discursivo Situado Disforia de Gênero: Guia Prático de Atualização. In: GOMES, M.C.A; PIMENTA, P.F. (Org.). Representações discursivas de identidades de gênero em práticas sociais brasileiras. 1ed.Porto Alegre: FI Editora, 2020, v. 1, p. 147-170

GOMES, Romeu et al. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], v. 23, n. 6, p. 1997-2006, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04872018>.

JOHNSON MARTINHO, N.; MARTINS SANTOS, V. H.; AMORIM COSTA, C. M.; BERTOLOSSI MARTA, C.; DOS SANTOS BACANI, E.; SIQUEIRA VIANA MORAES, R.; RIBEIRO RAMOS, K. C. A. Dificuldades enfrentadas no acesso à saúde por usuários

LGBT. Saúde Coletiva (Barueri), v. 10, n. 58, p. 3841-3848, 2020. DOI: 10.36489/saudecoletiva.2020v10i58p3841-3848.

LEITE, A.F. dos S. Pode a medicina (re)inventar-se ante o transfeminismo? Cadernos de gênero e diversidade. V.1.n1. 2015, p. 321-333.

MEC. Ministério da Educação. Resolução n. 3, de 20 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15874-rces003-14&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 de outubro de 2023

MOSCHETA, M. S.; FÉBOLE, D. da S.; ANZOLIN, B. Visibilidade seletiva: a influência da heterossexualidade compulsória nos cuidados em saúde de homens gays e mulheres lésbicas e bissexuais. *Sau. & Transf. Soc.*, Florianópolis, v.7, n.3, p.71-83, 2016.

NEGREIROS, Flávia Rachel Nogueira de et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 43, n. 1, p. 23-31, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20180075>.

PAULINO, D. B.; RASERA, E. F.; TEIXEIRA, F. B. Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família. *Interface (Botucatu)*, v. 23, e180279, p. 1-15, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.180279>

RAIMONDI, Gustavo Antonio et al. *Corpos (Não) Controlados: Efeitos dos Discursos sobre Sexualidades em uma Escola Médica Brasileira*. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 43, n. 3, p. 16-26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n3RB20180142>.

RAIMONDI, Gustavo Antonio et al. Gênero e Sexualidade nas Escolas Médicas Federais do Brasil: uma Análise de Projetos Pedagógicos Curriculares. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 44, n. 2, e045, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.2-20190050>.ING.